

Poder e Ideologias: A Domesticação dos Dominados

Autoria: João Victor Rodrigues Silva, Kelen Vanzin Moura da Silva

Resumo

Objetiva-se com o presente trabalho analisar os temas poder e ideologias nas organizações sob a luz do pensamento de Michel Foucault e da Teoria Crítica, ligada à Escola de Frankfurt, principalmente ao paradigma do humanismo radical. Buscar-se-á entender as convergências, divergências e contradições no estudo das duas correntes de pensamento. Parte-se da análise do pensamento foucaultiano sobre o poder capilar, difuso no corpo social, sobre a ideologia, como componente, mas não determinante do poder e ainda o poder-disciplinador. Em seguida, aborda-se a Teoria Crítica, o contexto de seu surgimento nas Teorias Organizacionais e suas principais contribuições para o campo da ideologia e do poder. Analisou-se como uma das principais divergências entre o pensamento de Foucault e a Teoria Crítica o entendimento do poder como circular, e associado ao saber, no caso de Foucault e por outro lado, o poder fixado no dominador, no detentor do capital, conforme a Teoria Crítica. Outra importante divergência analisada trata-se da ideologia como parte, mas não determinante do poder, para o pensamento foucaultiano e a ideologia como a própria realidade, para a Teoria Crítica. Entendeu-se como uma convergência entre as teorias a questão da transferência de ideologias. Os ideais moralistas da burguesia embutidos na ideologia do proletariado, principalmente, quanto à moral – honesto e desonesto, justo e injusto. E ao mesmo tempo, a apropriação de valores trabalhistas por parte da burguesia para com isso, mascarar seu verdadeiro interesse de domesticar ainda mais o dominado. Entre as contradições estudadas, destacou-se a questão da ideologia no pensamento de Foucault ser apenas uma componente do poder, mas não determinante. Para o pensador, o poder é associado ao saber, que possui instrumentos de observação, metodologias científicas, contudo, na análise, através da Teoria Crítica, duvida-se da isenção do saber e concentra-se na idéia de que não há como dissociá-lo de um interesse maior do dominador que, em última instância, é a sua própria ideologia. Por outro lado, problematizou-se a respeito da Teoria Crítica o seu extremismo na crítica e na especificidade como gerador de sua cegueira para questões mais universais e impossibilitando-a de apontar novos caminhos para a transformação, principalmente no que se refere à autonomia. Por fim, concluiu-se que tanto o pensamento foucaultiano como a Teoria Crítica são divergentes no que se refere à ideologia e poder em seus conceitos, mas que em determinadas abordagens podem ser complementares, conforme as convergências apontadas. E ainda, estudou-se que uma possível saída para a questão das ideologias e do poder seria através da autonomia do indivíduo, seguindo alguns autores críticos que a defendem. Associou-se a essa idéia, o pensamento foucaultiano de que o poder não tem um único titular e que ao perpassar pelo indivíduo dominado, atingir o seu corpo, afetar seus gestos, suas atitudes, seus discursos, o poder poderá servir de fundamento para uma busca da própria libertação desse indivíduo e por meio de sua relação e organização com o coletivo, atingir a autonomia.

1. Introdução

Os estudos sobre poder e ideologia nas organizações seguem em diferentes linhas e abordagens. O resultado é muitas vezes contraditório. Fischer (2001, p. 290) afirma que “poucos temas do âmbito da teoria organizacional são tão exaustivamente discutidos, sem que se consiga escapar de metáforas e redundâncias, quanto o que é a questão do poder”. No presente ensaio, busca-se entender e comparar os temas poder e ideologia sob a perspectiva de Foucault (teoria do simbolismo) e da Teoria Crítica. Parte-se da idéia de que o germe da transformação organizacional está latente dentro da própria organização, como argumenta Fischer (2001, p. 291). Baseia-se no princípio de que: “a crítica é a base para a renovação das ações, pois a exclusão da negação leva ao conformismo e o negativo é um impulso para a mudança, para o desprendimento do normatizado e do hábito: é o ponto de partida para a construção de novas referências (Paes de Paula, 2009, p. 12).

O objetivo é fundamentar-se nas teorias de Foucault e na Teoria Crítica para analisar e problematizar as diferentes manifestações de poder e ideologias dentro das organizações atualmente. Como se materializa o duelo das ideologias do empregador e do empregado? Há apropriações, mesclas entre uma ideologia e outra e para qual finalidade? Como se exerce o poder-disciplinador de Foucault nas organizações? Quais são as principais divergências, convergências e contradições entre Foucault e a Teoria Crítica?

Para tanto, o presente ensaio inicia com o referencial teórico de Foucault abordando seu pensamento sobre a capilaridade do poder em diferentes corpos e uma mudança de paradigma do poder jurídico-soberano para o poder-disciplinador. Em seguida, estudam-se os principais fundamentos da Teoria Crítica, ligada à Escola de Frankfurt, principalmente ao paradigma do humanismo radical, o contexto de seu surgimento dentro do campo de teorias organizacionais e suas principais colaborações. Sob a perspectiva da crítica ideológica frankfurtiana são apresentados os elementos que essa escola identifica como geradores da ideologia na sociedade moderna.

A análise apresentada estrutura-se nas divergências entre as teorias abordadas, principalmente, no que se refere ao poder capilar e difuso de Foucault e ao poder concentrado nos grupos dominantes que o mantêm e almejam novas formas de dominação, na Teoria Crítica. Outro ponto de divergência analisado é a ideologia na perspectiva foucaultiana como uma componente, mas não determinante do poder e à luz da Teoria Crítica como sendo a própria realidade. Busca-se também analisar as convergências entre as teorias, com destaque para a transferência de poder e permanência do *status quo* e ainda as interferências, apropriações e mesclas entre as ideologias do proletário e do capitalista e suas implicações atualmente, enfocando a intenção de domesticar, maquiá os verdadeiros interesses do dominador.

Por fim, é exposta uma análise sobre as contradições do pensamento foucaultiano sobre ideologia, como mera componente e não determinante do poder. Foucault concentrou seus estudos na relação poder e saber (como métodos de observação, instrumentos científicos), contudo parte-se na análise de que por trás do saber está a ideologia do dominador. A respeito da Teoria Crítica, fundamenta-se de que o foco na crítica extrema gera uma especificidade exagerada, causando sua cegueira para questões universais e impossibilitando-a de apontar novos caminhos para a transformação, principalmente no que se refere à autonomia.

2. O poder disciplinador de Michel Foucault

O crescimento contínuo das organizações provocou a fragmentação das habilidades, que se tornaram cada vez mais especializadas e as posições mais diferenciadas. Ao longo do tempo, estratégias foram sendo desenvolvidas para centralizar o poder, que se estrutura dentro de um *design* organizacional. Nesse contexto, como afirmam Clegg e Hardy, “os gerentes estão sempre buscando novas estratégias e táticas que obscureçam o discernimento dos trabalhadores”. (Clegg; Hardy, 2001, p. 263).

A temática do poder é discutida por diferentes teóricos. Clegg e Hardy (2001, p. 261) referem-se a uma multiplicidade de vozes e teorias sobre o assunto. Uma das correntes de pensamento que se destaca é a analítica do poder de Michel Foucault. Ele desenvolveu a temática do poder não apenas como uma questão teórica, mas uma vivência, uma experiência, uma prática social. A própria teoria é uma prática, na visão de Foucault. Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. O conceito de poder foucaultiano formulou-se a partir de uma perspectiva que perpassa e supera o Estado e busca no cotidiano a sua evidenciação. Foucault (1986) descreve o poder em sua forma capilar ao encontrar o indivíduo, atingir o seu corpo e afetar seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem e sua vida cotidiana.

O poder se exerce, mais do que se possui, segundo Foucault. Ninguém é propriamente falando seu titular. O poder deve ser analisado como algo que circula e que apenas funciona em cadeia. O seu exercício é ambíguo, passa por canais sutis, expande-se no corpo social. Foucault mostrou-se contra o aspecto exclusivamente negativo do poder: pois ele não pesa só como uma força que diz não, mas produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem função de reprimir.

“O poder não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito do conjunto de suas posições estratégicas – efeito conquistado e às vezes reconstruído pela posição dos que são dominados” (Foucault, 1979, p. 29). Deleuze (1979, p. 76) afirma que o desejo modela, difunde e faz com que o poder exista tanto no nível de “um reles tira como de um primeiro ministro”. Foucault concentra o estudo do poder no indivíduo. Para ele, o ser humano é o efeito número um do poder e simultaneamente seu centro de transmissão. “O indivíduo com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidade, movimentos, desejos, forças” (Foucault, 1979, p. 162). O poder transita pelo indivíduo, que ele constituiu. O sujeito é ao mesmo tempo detentor e destinatário do poder. Contudo, ele é exercido sempre em uma relação. Foucault buscou na filosofia de Nietzsche fundamentos para estudar o poder, a genealogia, os indivíduos. Nietzsche descreve o indivíduo forte e independente como:

aquele que trata de ser independente, sem estar obrigado a isso, mostra que não apenas é forte mas também possuidor de uma audácia imensa. Aventura-se em um labirinto, multiplica os mil perigos que implica a vida, se isola e se deixa arrastar por algum minotauro oculto na caverna de sua consciência. (Nietzsche, 1977, p. 46).

A genealogia do poder foucaultiana concentra no processo de uma arqueologia do saber. O que passa a interessar a Foucault é o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como os indivíduos se constituem na articulação entre ambos. Para o pensador, saber e poder estão integrados. Existe uma perpétua articulação entre eles, um constitui o outro e vice e versa. Logo, para Foucault, não é possível que o poder seja exercido sem o saber. O foco no saber afasta o poder da ideologia, no pensamento foucaultiano.

É bem possível que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas. Houve provavelmente, por exemplo, uma ideologia da educação; uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc, mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber, métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. (Foucault, 1979, p. 186).

Em sua linha metodológica, Foucault procurou afastar o estudo do poder da soberania jurídica (oriunda do Direito Romano), da influência do Estado e das ideologias, concentrando nas técnicas e táticas de dominação. Em seu novo mecanismo de estudo, o pensador apoiou-se na análise do poder sobre os corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. “É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza”. (Foucault, 1979, p. 187). Com isso, fundamentou uma nova forma de abordar o poder não mais pela via do Direito, da soberania-jurídica, mas através da disciplina, da vigilância contínua.

Na análise da genealogia, Foucault deparou-se com as relações de dominação e resistência históricas. Ele estabeleceu que sempre onde há poder, há também resistência. Em cada momento da história, o domínio se fixa em um ritual. A dominação impõe obrigações e direitos e produz marcas e graves lembranças nos indivíduos. Foucault compreende a resistência no estágio da luta armada, entretanto, na fase seguinte, considera-a desnecessária para que o povo faça justiça. Pare ele, o grande jogo da história será daqueles que se apoderarem das regras, tomarem o lugar daqueles que as utilizam e aproveitá-las ao inverso para voltá-las contra aqueles que as tinham imposto. O pensador oferece o seguinte exemplo: “operários da Renault agarram um contramestre e o metem debaixo de um carro dizendo: ‘agora é você que vai apertar parafusos’, perfeito. Eles exerceram efetivamente um contra-poder” (Foucault, 1979, p. 66).

De modo geral, no embate de poder dentro das organizações, quando o proletariado luta contra a exploração, Foucault (1979) argumenta que será ele o responsável por conduzir a luta, definir os alvos, os métodos, os lugares e os instrumentos de luta. Nesse caso, aliar-se ao proletariado é unir-se a ele em suas posições, suas ideologias, aderir aos motivos de seu combate, fundir-se com ele. A partir daí inicia-se o processo revolucionário. Entretanto, Foucault alerta que nesse combate pode faltar comprometimento dos revolucionários e haver apenas uma mudança do titular do poder. Da mesma forma, Deleuze (1979, p. 77) afirma que o desejo dos indivíduos faz com que mesmo os partidos políticos e os sindicatos que deveriam defender investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários ao nível do desejo.

Em contrapartida, Foucault cita o seguinte exemplo ideal de resistência:

Suponhamos que em uma fábrica qualquer exista um conflito entre um operário e um chefe e que este operário proponha aos seus camaradas uma ação de revide. Isso só será verdadeiramente um ato de justiça popular se o seu objetivo, se os seus resultados possíveis forem integrados à luta política do conjunto dos operários dessa fábrica. (Foucault, 1979, p. 64).

A principal contradição das massas, na análise de Foucault, é opor o egoísmo ao coletivismo. Quando existe a associação, isto é, quando o coletivismo vence a concorrência, surge a massa operária, portanto a plebe proletarizada fusionada, e o movimento de massas. Por outro lado, a burguesia busca impor ao proletariado, pela via da legislação, penas, da prisão e também dos jornais, da literatura, de certas categorias da moral dita universal que

servirão de barreira ideológica entre ela e a plebe não proletarizada. Ela também é exitosa, segundo Foucault (1979, p. 57), em conseguir permear e inserir na ideologia do proletariado alguns ideais de sua moral como justo e o injusto, roubo, crime, honesto e desonesto.

Na mudança de paradigma do poder jurídico-soberano para o poder-disciplinador, Foucault (1986) concentra nos efeitos que a disciplina causa no corpo e no psicológico do indivíduo. Em seus estudos de genealogia, o pensador constata que a partir do século XVIII surge uma nova estratégia do poder de castigar, fazendo da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular; não punir menos, mas punir melhor, punir com mais universalidade e necessidade e com isso, inserindo mais profundamente no corpo social o poder de punir.

A passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas. (Foucault, 1986, p.72).

Foucault afirma que a disciplina – enquanto conjunto de técnicas pelo qual o sistema de poder tem por alvo os indivíduos em sua singularidade – exerce seu controle não sobre o resultado de uma ação, mas sobre o seu desenvolvimento. É uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhar é preciso vigiar durante todo o tempo da atividade e submeter o indivíduo a uma perpétua pirâmide de olhares. “A disciplina implica em um registro contínuo. Anotações sobre o indivíduo com transferência da informação de baixo para cima, de modo que nenhum detalhe escape”. (Foucault, 1986, p. 107). A partir de então, ocorre uma adaptação dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividades, gestos que aparentemente não têm importância.

Com o avanço industrial, principalmente a partir do século XVIII, houve o desenvolvimento dos portos, o aparecimento de grandes armazéns, e como consequência a necessidade por parte dos capitalistas de uma repressão rigorosa da ilegalidade. A maneira pela qual a riqueza tende a investir, segundo escalas quantitativas, nas mercadorias e nas máquinas supõe uma intolerância à ilegalidade (desvios de riquezas, roubos de produtos, boicotes nas fábricas), conforme análise de Foucault (1986). Nos séculos seguintes, emerge o conceito de homem-máquina, que é adestrado pela disciplina. “O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil” (Foucault, 1986, p. 127).

Desde então, os donos do capital iniciam a política de coerção através da disciplina, que fabrica corpos submissos também chamados de corpos dóceis. Ela dissocia o poder do corpo e o transforma em uma máquina de produção para servir a determinados interesses. A disciplina estabelece a distribuição dos corpos no espaço. Foucault (1986, p. 131) descreve as fábricas como espécies de convento, fortaleza, cidade fechada. Sendo assim, o guardião deve abrir a porta à entrada dos operários somente depois que houver soado o sino que anuncia o reinício do trabalho e quinze minutos depois ninguém mais terá direito de entrar, no fim do dia, os chefes de oficina devem entregar as chaves ao guarda da fábrica. À medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e

neutralizar seus inconvenientes: interrupção do trabalho, roubos, agitações. É preciso proteger os materiais e as ferramentas e dominar as forças de trabalho.

As políticas de coerção devem anular os efeitos das repartições indecisas, o descontrole dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa. É preciso definir táticas anti-vadiagem, anti-aglomeração. A vigilância deve ser ao mesmo tempo geral e individual: constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho, comprar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez, acompanhar os sucessivos estágios de fabricação. No nascimento da grande indústria, Foucault (1986) aponta para uma decomposição individualizante da força de trabalho. Cada um se define pelo lugar que ocupa na série e pela distância que o separa dos outros. A disciplina é também a arte em dispor em fila. Ela individualiza os corpos por uma localização.

O poder também se articula sobre o tempo, realiza o controle dele e garante sua utilização através da disciplina do relógio. Os operários são enquadrados e monitorados em fábricas-conventos. “É proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens”. (Foucault, 1986, p. 140). Para que o tempo seja realmente útil, deve-se controlá-lo e anular tudo o que possa perturbar e distrair. O tempo medido e pago não pode conter impureza e defeito. Durante todo o seu transcurso, o corpo deve ficar aplicado ao seu exercício. “No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil.” (Foucault, 1986, p. 138).

Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente, segundo Foucault. O corpo se constitui como peça de uma máquina multissegmentar. O pensamento foucaultiano estabelece quer a disciplina produz a partir dos corpos que controla quatro características: célula (conforme a repartição espacial); orgânica (conforme a codificação da atividade); genética (acumulação de tempo), combinatória (composição das forças).

Em suma, o poder de disciplinar é o poder de adestrar, para Foucault. As instituições produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento. Formou-se um aparelho de observação, de registro e de treinamento. A arquitetura também serve à disciplina, por exemplo, a administração se localiza em uma construção de onde tudo é possível ver. Nesse local, realizam-se as funções de direção, vigilância, de controle e verificação de todas as ordens, de todas as faltas. À medida que o aparelho de produção se torna mais complexo e aumenta o número de operários, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar é parte integrante do processo de produção e um operador econômico decisivo.

Foucault (1986) afirma quer a punição disciplinar tem essencialmente um caráter corretivo. Ela se baseia em: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo um campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Medir de forma quantitativa e hierarquizar em termos de valor a capacidade dos indivíduos. Com isso, estabelecem-se normas a serem seguidas.

O poder disciplinador sintetiza-se no conceito de Panoptismo: o olhar está alerta em toda a parte, em todas as direções. Há uma vigilância constante, que se apóia em um sistema de registro severo por meio de relatórios, registros de imagens, exames. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Foucault analisa que, em síntese, o princípio da masmorra é suprimido de trancar, privar de luz e esconder para fundamentalmente trancar. Só se conserva a primeira e

as demais são suprimidas. A visibilidade é uma armadilha, segundo Foucault. Ela garante a ordem.

O principal efeito do Panóptico é embutir no psicológico do indivíduo a vigilância constante. Com receio das punições, ele mesmo se controla e se disciplina. Assim, o objetivo principal é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seu efeito, mesmo se é descontínua em sua ação. Desta forma, o Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder, conforme Foucault (1986). Graças a seus mecanismos de observação, ganha-se em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens. Em cada uma de suas aplicações, permite-se aperfeiçoar o exercício do poder. O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia, eficácia por seu caráter preventivo e o bom funcionamento contínuo.

3. A Teoria Crítica

Inicialmente pretendemos contextualizar o surgimento da teoria crítica dentro do campo de teorias organizacionais, em que essa linha de pensamento surgiu para atacar a tradição modernista preponderante até então, e que vinha apresentando problemas teóricos e práticos nas organizações. Teoria modernista das organizações é entendida neste trabalho como as teorias organizacionais que segundo os teóricos críticos são o grupo de teorias incorporadoras de ideologias de dominação e poder, partindo da teoria clássica até o simbolismo nas organizações, incluindo Foucault. Para Alvesson e Deetz (1999) a teoria crítica proporciona caminhos únicos e importantes no entendimento das organizações e de sua administração.

Alterações sociais e econômicas como o crescimento das organizações, tecnologia, expansão da capacidade de comunicação, globalização, redução da classe trabalhadora e de sua capacidade de reivindicação, atenuação do conflito de classes, redução no crescimento de economias e questões ambientais, têm se apresentado como desafios para a teoria organizacional modernista ao exigir resposta de pesquisa que esta teoria não tem correspondido. O modernismo ancorado no controle do proletariado, na racionalidade instrumental direcionada para os interesses dos detentores do poder sobre os dominados, na dominação e na colonização da natureza e das pessoas começa a dar sinais de exaustão e as críticas se fortalecem como alternativa para a teoria organizacional (Alvesson; Deetz, 1999).

Cultura organizacional, identidade, administração da qualidade e liderança são temas que nesse sentido, vêm crescendo no campo da discussão organizacional ao reforçar a ideia de controle subjetivo através da mente, ao invés do controle comportamental e trabalhista anteriormente verificado. Esse emaranhado de fatores atuando em conjunto na sociedade moderna abriu espaço para a inovação na área de organizações e uma dessas inovações é a Teoria Crítica que abarca, conforme Alvesson e Deetz (1999), diversas proposições que se fundamentam na posição crítica e radical, na investigação da exploração, repressão, injustiça e relações assimétricas de poder.

Quando citamos a Teoria Crítica neste trabalho estamos trabalhando com a Teoria Crítica ligada à Escola de Frankfurt, principalmente ao paradigma do humanismo radical de Burrell e Morgan (1979) e as imagens de dominação e neurose de Morgan (1986). Pois o termo crítico pode ser refletido como um amplo conjunto de abordagens que auxiliem na compreensão da opressão estabelecida pela administração (Alcadipani, 2005).

Para Marcuse (1968), um dos autores da Escola Frankfurtiana, as organizações detêm participação fundamental na sociedade moderna e se utilizam dessa importância para juntamente com a própria sociedade, reprimir o comportamento dos indivíduos que dela fazem parte. A sociedade de acordo com Marcuse é a macroestrutura de repressão do prazer dos indivíduos em favor da racionalidade fundamentada na dominação. É neste ponto que a organização se insere no sistema de dominação ao coagir e moldar o comportamento das pessoas através do trabalho alienado justificado pela racionalidade instrumental. O conceito de racionalidade técnica ou instrumental será explorado com maiores detalhes na próxima seção, mas com o intuito de facilitar o entendimento do leitor, sua definição é dada como racionalidade com controle de desenvolvimento de cadeias de meios e fins, direcionada por teoria.

Baseada nos conceitos de sujeito autônomo do Iluminismo, emancipado pelo conhecimento obtido através de métodos científicos, a teoria modernista estabelece a adoção de atos movidos pela razão, ao invés da tradição e autoridade. No entanto, a Teoria Crítica expõe que o modernismo também se baseia em mitos, uma vez que a discussão acerca de qualidade de vida e satisfação do trabalho (escola de humanização) é estrategicamente trazida nas discussões de teoria organizacional por poderem proporcionar maior eficiência no trabalho (Alvesson; Deetz, 1999). Pode-se dizer que o modernismo adquiriu uma espécie de autoridade arbitrária, utilizando da racionalidade instrumental focada na tecnologia para garantir os interesses dominantes. Seguindo o pensamento crítico exposto, ao não permitirem ou despertarem questionamentos às relações de dominação e poder dentro das organizações, as diversas teorias da área podem ser entendidas como ideologias.

Posta para questionar as características positivistas das teorias organizacionais, a Teoria Crítica busca revelar o “segredo” da sociedade moderna fundada na racionalidade instrumental incapaz de realmente atender os desejos dos indivíduos, como o exemplo da miséria citado por Horkheimer (1990).

3.1 Poder e dominação sob o enfoque da Teoria Crítica

Os grupos dominantes utilizam de seu poder para manter e alcançar novas formas de dominação, com um diferencial preponderante, de forma amigável, consensual (Habermas, 1987). A dominação é feita de modo que o próprio dominado participe do seu processo de dominação. É nessa linha que segue a Teoria Crítica buscando incluir nas discussões os grupos dominados de maneira mais leal, moral e não somente pela supressão e pela dominação.

O objetivo central da Teoria Crítica dentro da Teoria das Organizações é desenvolver a sociedade e os locais de trabalho livres da dominação, em que os membros desta possam agir em conjunto visando a criação de sistemas que satisfaçam as necessidades humanas e levem ao desenvolvimento de todos os membros da sociedade. As relações de dominação são estudadas nos âmbitos internos e externos à organização. Nesse último, as organizações são pensadas através dos seus efeitos colonizadores na sociedade ou em outras instituições, e interiormente no domínio do raciocínio, da limitação dos questionamentos e do consentimento no local de trabalho. Logo, os teóricos críticos visam em geral a investigação de situações de dominação e distorções que para Dussel (2002) impossibilitam a vida autêntica e o desenvolvimento da criatividade transformadora.

Dessa forma, outro ponto a ser discutido se refere à hierarquia observada em larga escala no mundo contemporâneo e que no interior das diversas correntes de pensamento

organizacional não é criticada enquanto forma de dominação. O que Motta (1990) alertou afirmando ser a hierarquia um elemento de suma importância e indispensável na dominação através do controle, da subordinação e da propriedade dos meios de produção. O questionamento pode ser feito quanto à distribuição de cargos e funções dentro das empresas. Por que os trabalhadores são classificados e alocados em atividades que muitas vezes o levam ao tédio, a exaustão e no geral a obediência às regras e normas estabelecidas?

Os estudos críticos se diferenciam ao focar em grupos desprivilegiados em compreender suas próprias situações de dominação, discorrendo sobre as ideologias presentes na sociedade atual sob a forma do consumismo, carreirismo, regras, constituições, “ciência” e da excessiva preocupação com o crescimento econômico. Porém, a Teoria Crítica não deve ser vista como anti-administração, apesar de tratá-la como institucionalizada e definir as ideologias e práticas administrativas como formas alternativas de dominação, “maquiadas” por métodos modernos de coerção e poder (Alvesson; Deetz, 1999). O desejo da Teoria Crítica é a sociedade sem a autoridade e a dominação limitadoras e definidoras dos interesses individuais, da criatividade e da inovação. É apresentar maneiras distintas de se entender os diversos aspectos do mundo que nos cerca, inclusive as organizações. Para entender a teoria crítica e sua definição dada às ciências administrativas, os críticos afirmam que a “ciência” na administração moderna se limita ao controle dos trabalhadores de maneira mais ou menos perceptível e coercitiva. A administração não se propõe ao questionamento sobre a legitimidade desse controle, do poder e da dominação, e por isso, se afasta da razão absoluta e se aproxima de uma ideologia.

Quando pensamos numa sociedade sem autoridade e dominação estamos debatendo um panorama de contrariedade à autoridade, e não de ausência completa de organização. Paes de Paula cita o grande pensador crítico Mauricio Tragtenberg, que defende o anarquismo como alternativa à sociedade moderna: “quando o anarquismo propõe uma sociedade sem Estado e sem governo, está sugerindo uma sociedade sem autoridade e burocracia, o que não implica uma sociedade sem organização, mas uma sociedade organizada de maneira autônoma a partir das bases e fundamentada na educação integral dos indivíduos” (Paes de Paula, 2008, p. 951).

Auxiliando na desconstituição da teoria da organização como ciência, Tragtenberg (1980, p. 15) questiona: “Sendo o estudo da teoria da administração a análise da legitimação burocrática do poder, essa teoria de caráter repressivo aparece na ênfase, na adaptação e controle do homem. Por que sua preocupação com o nível do conhecimento permanece instrumental e o conhecimento humano limitado àquelas partes passíveis de controle?” E mais adiante o próprio Tragtenberg afirma que a limitação do conhecimento se dá pelo caráter ideológico da teoria da administração.

Conforme Paes de Paula (2008) continua discorrendo sobre o tema, um regime de autogestão se caracteriza pela a organização geral da sociedade com base no federalismo, entendido como a representação e a expressão dos interesses coletivos dos trabalhadores. Porém, não basta apenas que o poder dos dominantes seja extinto. É preciso que a nova ordem emanante no contexto proposto pelos autores da teoria crítica seja igual a todos os participantes, correndo o risco de enquadrar-se somente como uma transferência de poder e dominação dos detentores de capital para os representantes do trabalho. Tragtenberg (1986) menciona essa possibilidade ao ilustrar o ocorrido na Rússia durante a revolução e o período bolchevique ao conter os movimentos autogestionários como a rebelião de Kronstad e a Makhnovistchina. Como incoerência também dentro desse regime socialista, Tragtenberg aponta a burocratização e a absorção da organização do tipo Taylorista do trabalho,

condicionando também a esses fatores o insucesso do socialismo Russo, que nem mesmo nos seus anos áureos se aproximou ao ideal proposto pela teoria crítica.

Fica claro o posicionamento de Tragtenberg quanto a movimentos de autogestão como comitês de greve, comissões de fábrica, conselhos operários e organizações de base. Para o autor esses movimentos devem considerar os interesses de todos que deles fazem parte, caso contrário, correm o risco de apenas tratarem da transferência de poder e dominação das mãos dos burgueses para as mãos de poucos representantes dos trabalhadores, tal como assistido na Rússia no início do século XX. Esse formato de sociedade, definitivamente não é o que a Teoria Crítica define como autonomia dos indivíduos.

3.2 Ideologia como ferramenta de justificação da dominação e do poder

Os estudos críticos podem ser analisados a partir de duas linhas de pensamento: a da crítica ideológica e da ação comunicativa. Destacamos neste trabalho a importância do poder através da ação comunicativa, em que o discurso pode possuir parcela de poder. Contudo, neste ensaio utilizaremos a noção de crítica ideológica, de acordo com a escola frankfurtiana da Teoria Crítica.

Com relação às críticas ideológicas, as primeiras tiveram no local de trabalho o foco em Marx, estudando as práticas de exploração econômica realizadas naquela época por meio de coerção direta e as diferenças estruturais nas relações entre donos de capital (burgueses) e donos da força de trabalho (proletariado). Posteriormente os trabalhos em torno das ideologias têm mudado suas análises de questões de conflito de classe e econômico para questões filosóficas que não se limitem às questões econômicas e que auxiliem no entendimento do porque a coerção não se mostra tão intensa como poderia se imaginar.

O sistema cria articulações autoreguladoras do comportamento do trabalhador, não somente em níveis inferiores, como também de gerentes, e este é um foco do estudo da teoria crítica (Alvesson; Deetz, 1999). Nesse sentido, um forte aliado da ideologia de trabalho é a ideologia criada pela mídia ao “vender” a idéia de bem-estar aliado ao comportamento consumista dos trabalhadores, ou analisando o enfoque filosófico, a ideologia se manifesta quando definimos, por exemplo, conceitos de justiça e roubo, que são absorvidos não só por quem domina, como também pelos trabalhadores dominados. Esse último exemplo evidencia o foco no controle presente na própria ciência. Assim a administração se ocupa na visão de críticos como (Burrell e Morgan, 1979; Alvesson, 1987; Alvesson e Willmott, 1996), da criação de ideologias que fortaleçam os objetivos e relações sociais das organizações. Segundo Alvesson e Deetz (1999), os administradores seriam vistos como ideólogos travestidos de aura científica para legitimar a introdução e utilização de técnicas de dominação administrativas.

Os questionamentos na teoria das organizações modernista se restringem as formas de controle utilizadas por estas organizações. Mesmo quando se inclui nas discussões aspectos de qualidade de vida e satisfação no trabalho, o que está se fazendo é “mascarar” as formas de controle existentes, mantendo intactos os questionamentos acerca do poder e da dominação que permeiam as organizações modernas.

Para fundamentar a crítica ideológica presente nas teorias organizacionais, Alvesson e Deetz (1999) elencam quatro temas balizadores da dominação ideológica da sociedade: i) a naturalização da ordem social; ii) universalização de interesses gerenciais; iii) o domínio pelo instrumental e o disfarce da racionalidade; iv) a hegemonia.

A naturalização da ordem social age como processo de abstração da história perante uma formação social e dessa forma essa formação social é tida como fixa e inerente a sociedade. As escolhas nessas formações são despercebidas e as organizações e seus processos são tidos como naturais, podendo explicar também as metáforas orgânicas e mecanicistas, afastando o foco de estudo de aspectos como a legitimidade do controle e as relações políticas nas organizações (Morgan, 1986). As relações de poder são mascaradas no processo de naturalização, criando a ilusão de que as organizações são necessárias e eliminando a possibilidade de questionamento sobre a dominação e o poder. Por outro lado a Teoria Crítica almeja desconstruir esse pensamento ao expor o caráter arbitrário de fenômenos como a divisão entre administração e trabalhadores, bem como as relações de poder que resultam e sustentam estas formas. É claro para a teoria crítica que o formato da sociedade voltada para o trabalho que hoje assistimos e fazemos parte inevitavelmente, foi estabelecida pela ação espontânea e não se dá como uma forma natural e inerente de nossa sociedade. Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005a, p. 193) complementa afirmando “que o capitalismo não é uma fatalidade, mas uma construção histórica e humana e que, portanto, não é natural, nem eterno”.

Incluída também na crítica ideológica está a universalização dos interesses gerenciais, de modo que os interesses particulares, geralmente traduzidos como os interesses dos gerentes e administradores, tem sido propostos como representação dos interesses de todos os indivíduos. Dentro das organizações os gerentes são favorecidos por deterem o poder de decisão e assim definir os rumos não só da organização como também de maneira indireta o destino da sociedade, dada a influência que certas empresas exercem nesta. Lukacs (1971) discorre que os gerentes fazem a junção do bem-estar de “todos” com os interesses da firma, refletidos no bem-estar financeiro, o que de certa maneira pode ser entendido também como ideologia gerencial sobre os trabalhadores. Dessa forma, o poder dos trabalhadores é suprimido pelo poder dos gerentes, que por sua vez tem seus poderes cerceados pelo poder dos donos do capital.

O terceiro elemento da crítica ideológica se refere à racionalidade que pode se apresentar sob duas formas: racionalidade prática e racionalidade instrumental ou técnica. A primeira delas, a racionalidade prática, consiste na compreensão e definição dos objetivos da organização ou qualquer outra instituição através de análises mútuas da situação (Apel, 1979). Análises fundadas na racionalidade prática se destacam pela ausência de um poder dominante que determina e em certos casos, manipula as atividades em busca de seu próprio interesse. A racionalidade técnica por outro lado é instrumental direcionado por teoria e seu controle de desenvolvimento de cadeias de meios e fins. Essa racionalidade perdeu a capacidade de crítica, de negação, com relação aos fins a serem alcançados, contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo com todas suas falhas (Habermas, 1986). Habermas seguiu dentro da Teoria Crítica outra linha de pensamento ligada à ciência social weberiana. Isso porque, para o autor as incoerências das teorias organizacionais não se concentravam em aspectos econômicos o que ele justificava pelo exemplo de países europeus que mesmo a ampla camada da população detinha acessos aos bens de consumo, porém, ainda sim se mantinham alienadas perante a dominação. Neste ensaio, seguiremos a linha da filosofia, ainda que pudéssemos pensar na característica de materialidade levando em conta o quadro de pobreza material da maior parte do mundo, e se ainda considerarmos que mesmo nos países europeus mais desenvolvidos, a população não tem acesso aos mesmos bens que tem o grupo dominante.

Voltando à discussão para a racionalidade técnica ou instrumental e a racionalidade prática. Espera-se que para o funcionamento equilibrado da sociedade as duas formas de

racionalidade se complementem de forma harmoniosa. No entanto, na sociedade contemporânea a ciência social tem se alinhado com as estruturas organizações de modo que a dominação da racionalidade técnica tem se mostrado mais evidente. O grande problema da preponderância da racionalidade instrumental é que a racionalidade técnica toma pra si o conceito de racionalidade, desconsiderando qualquer outra forma alternativa a ela, qualificando-as como irracionais.

É neste ponto que a teoria modernista apresenta sérios problemas à sociedade, pois as questões humanas relacionadas ao trabalho e a qualidade de vida que deveriam ser discutidas conforme o conceito de racionalidade prática com participação efetiva de todos indivíduos que são afetados por tais medidas, passam a ser incorporadas sob o controle técnico, com objetivo de atender as demandas do grupo dominante (Alvesson, 1987). Ocorre a partir dessa distorção ideológica a mudança no foco das atenções da sociedade e mais grave ainda, alteração no foco pelos próprios estudiosos de organizações, que retiram a dominação e o poder do foco central nas discussões organizacionais para direcionarem seus esforços sobre aspectos econômicos de consumo, ascensão de carreira e de lutas de classes.

O último elemento componente da crítica ideológica, a hegemonia, pode ser pensado como um sistema complexo de arranjos conceituais e materiais, e nas organizações como arranjos econômicos garantidos por contratos e recompensas, aspectos culturais de defesa de valores e visões, além de conjunto de comando definidos por regras e políticas. No conceito de hegemonia têm-se a presença de grupos dominantes de interesses diversos, com a presença de poder e atividade em todos os grupos, inclusive os dominados. É claro, porém, que os grupos dominantes têm suas vontades impostas aos demais, mas de uma forma branda, digamos consensual. No entanto, esse consenso ainda abre espaço entre o que é ofertado pelos grupos dominantes e o que é preferido pelos dominados. Dessa maneira o sistema hegemônico se perpetua restringindo a capacidade de autonomia e de interesse próprio por parte dos dominados. Willmott (1993) inclusive critica os programas de cultura corporativa no que diz respeito a dificuldade de reflexão dos trabalhadores por estes programa que tentam inserir nesses indivíduos o comportamento uniforme de normas e regras pela organização definidos.

4. Convergências e divergências entre o pensamento de Foucault e a Teoria Crítica

A partir das exposições acima sobre o simbolismo de Foucault e a Teoria Crítica, entende-se que as duas visões são divergentes no que se refere à ideologia e poder em seus conceitos, mas que em determinadas abordagens podem ser complementares. Analisando as organizações no contexto atual, observa-se que um dos pontos convergentes entre as duas correntes de pensamento refere-se à busca dos gerentes das organizações à camuflagem do controle e do poder perante o indivíduo. As novas tecnologias como a internet e o celular, em dado instante, tendem a ser interpretados como um ganho do trabalhador que chega a realizar seu trabalho da própria casa. Esse “ganho” é interpretado tanto na Teoria Crítica, quanto no pensamento de Foucault apenas como a transformação do controle coercitivo presente, para um controle subjetivo onde o próprio trabalhador se controla, podendo se encontrar ainda mais dominado do que antes.

Dessa forma as duas teorias dialogam no que se refere ao poder exercido no indivíduo, de maneira que a sociedade passa a definir o comportamento das pessoas e o poder se apresenta nas mais simples tarefas do dia-a-dia. Observa-se que o poder-disciplinador de Foucault está presente nas organizações através do controle das câmeras espalhadas por toda parte, da vigia dos e-mails dos seus funcionários, do *layout* dos escritórios, das linhas de

montagem. O poder panóptico, sendo assim, força o indivíduo a se disciplinar e controlar dentro das organizações. A Teoria Crítica avança e cita ainda que a ciência administrativa está associada a esse poder no sentido de gerar maior controle e domínio sobre o trabalhador e o indivíduo de maneira geral.

Pensando sobre a distribuição de poder, há uma contraposição entre as duas visões, pois Foucault estabelece que o poder é capilar e está diluído no corpo social e sendo assim, não há um titular, pois se manifesta em diferentes situações do cotidiano. Já a Teoria Crítica mais limita o poder à organização e aos seus gerentes que em situações de decisão fazem valer de suas posições dominadoras para exercerem poder maior sobre os trabalhadores e por sua vez, manter a situação de dominação. Ao mesmo tempo em que esses gerentes buscam constantemente novas fórmulas para dominar de maneira sutil em que o dominado não percebe e acaba contribuindo para a sua própria domesticação.

Outra divergência entre as teorias ocorre quando Foucault conecta o poder do indivíduo ao saber e dessa forma o saber encerra a ligação entre poder e ideologia. O homem é então detentor de autonomia enquanto indivíduo e ao buscar o saber ele se afasta da ideologia através da racionalidade e se dota de poder para questionar a dominação contrária aos seus interesses. Por outro lado, a Teoria Crítica problematiza a respeito do saber e afirma que este não é equilibrado entre a racionalidade prática e instrumental. De acordo com os pensadores dessa teoria, a sociedade moderna utiliza-se da racionalidade instrumental para fazer “ciência” em favor dos dominantes, com objetivo de manter o controle e a dominação sobre os dominados. Portanto, a Teoria das Organizações seria, senão, uma ideologia de dominação e poder travestida de ciência. Apesar de também deter poder, o indivíduo pode sofrer da sociedade pressões e influências capazes de modificar e moldar os seus verdadeiros desejos e delinear seu comportamento diante de diversas ocasiões que extirpadas do poder e dominação seriam realizadas de maneira distinta por este indivíduo. Logo, a ideologia na concepção crítica é a própria realidade (Paes de Paula, 2009)!

É fundamentalmente nesta linha que as duas teorias divergem com relação à perspectiva ideológica dentro da teoria das organizações. Os métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, assim como os aparelhos de verificação elencados por Foucault e que na sua visão são elementos que superam a ideologia, não passam de ferramentas de controle a serviço do dominador dentro do pensamento teórico crítico ao não permitirem questionamentos acerca das relações de poder e dominação, que podem ser exemplificadas pela hierarquia.

No entanto, há um alinhamento nas duas visões de que a burguesia insere na ideologia do proletariado alguns ideais da moral burguesa que acabam por moldar, de certa forma, o comportamento do proletariado conforme seus interesses. Esses ideais justificam a dominação e tem como finalidade conter a investida dos trabalhadores contra os patrões e gerentes. No pensamento de Foucault a partir desse arcabouço, o dominado a partir de seu poder individual deve convencer os demais dominados a inverter a lógica e a relação de poder para um bem maior, coletivo. Embora Foucault e Deleuze alertem para a vontade maior do desejo individual sobre os interesses coletivos. Já na visão crítica, essa “revolta” trabalhista pode ser entendida como uma simples alternância de poder dos burgueses para as mãos dos líderes trabalhistas que pode culminar em algo semelhante ao ocorrido na Rússia socialista do início do século XX. É necessário então, de acordo com o pensamento crítico, que essa transição ocorra para um modelo de organização pautada na autogestão e autonomia do sujeito.

5. Considerações finais

Partindo da observação do que ocorre internamente nas organizações, entende-se que, em última instância, as duas correntes de pensamento estudadas evidenciam a destreza dos gerentes em ludibriar os trabalhadores através de uma “maquiagem” em seus verdadeiros interesses de dominação. Da mesma forma que a burguesia interfere na ideologia proletária com sua moral de justo, injusto, honesto e desonesto. Ela também se apropria de valores trabalhistas oferecendo benefícios, participação nos resultados e até mesmo uma suposta participação nas decisões, que de certa forma já estão definidas pelos dominadores. Tudo isso com o objetivo maior de evitar a luta das classes e manter o seu poder, domesticando o dominado.

É preciso deixar claro que a Teoria Crítica propõe não o aperfeiçoamento das teorias organizacionais existentes até o momento, mas sim a ruptura total com o que a realidade nos impõe. A dominação, o controle, o poder e a limitação dos prazeres dos indivíduos são fatores inerentes às concepções organizacionais modernas, e qualquer tentativa de incluir aspectos humanísticos de qualidade de vida e participação dos trabalhadores no processo decisório seria apenas mais uma tentativa de “mascarar” a ideologia da dominação presente nas teorias modernas (Alcadipani, 2005). Por outro lado, a própria Teoria Crítica parte para tal extremismo que limita a sua ação diante de outras possibilidades mais universais, que poderiam indicar novos caminhos para a sociedade.

Uma possível saída? Um grande defensor da autonomia, Tragtenberg (1980) aposta na idéia de que os setores oprimidos e excluídos possam se contra-organizar a partir de impulsos autogestionários, e que formas incipientes, geradas desse modo, poderiam ser aprimoradas, desde que a autonomia fosse preservada. Aparece, aqui, um indicativo sobre a possibilidade de estudos críticos comprometidos com a experiência concreta desse tipo de luta. Nesse sentido, o pensamento de Foucault (1986) que descreve o poder em sua forma capilar ao encontrar o indivíduo, atingir o seu corpo e afetar seus gestos, suas atitudes, seus discursos pode servir de fundamento para uma busca da sua própria libertação, relação e organização com o coletivo rumo à autonomia, em um novo modelo de sociedade. Pois de acordo com Foucault (1979), o poder não tem um único titular e sim ora se manifesta na classe dominadora ora na classe dominada.

Fernando Prestes Motta foi outro crítico do sistema e das teorias sociais e organizacionais dominantes, além de defensor da autonomia como alternativa necessária no âmbito da prática e da teoria. Motta (1990, p. 19) denunciava o esforço continuado das teorias dominantes de “tentar fundir a racionalidade substantiva na racionalidade instrumental, justificando determinado tipo de ordenação social voltada para a produtividade e o lucro”.

Observação importante deve ser feita quanto aos perigos dos que se incluem dentro do pensamento crítico de maneira inadequada, como Alvesson e Willmott (1992) fazem, ao propor a emancipação do sujeito de maneira mais relevante e acessível para o mundo da administração e da organização, como uma forma mais real e prática da teoria crítica. Deve ficar claro através desse ensaio que a teoria crítica questiona justamente a forma como as organizações são abordadas, com previsão e aplicação prática. Logo criticar a teoria crítica pelo seu caráter não preditivo e empírico é um erro, visto que ela objetiva não somente descontinuar com os formatos de organização, como também romper com a sociedade nos moldes percebidos até os tempos atuais, além de não se dispor a falar ou prever como serão as organizações a partir dessa descontinuidade. Mesmo sugerindo a autonomia do sujeito e o

desenvolvimento de organizações autogestionárias, não se pode definir os rumos da sociedade.

De acordo com Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005b, p. 237) “na teoria crítica a teoria mostra como as coisas são, e na prática como elas deveriam ser. A práxis não é uma aplicação da teoria, mas – segundo a influência de Kant - um conjunto de ideais, de princípios, que orientam a ação no mundo”. Desse modo, qualquer trabalho que busque incorporar a teoria crítica às teorias organizacionais modernas desconfigura os cientistas da Escola de Frankfurt.

Esses estudos “mascarados” de pensamento crítico, mais se assemelham às teorias modernas de organização com suas incoerências básicas, que segundo Tragtenberg (1971), oferecem a perspectiva de emancipação no interior das organizações sem discutir questões mais amplas que nos levaria a remontar completamente nossa sociedade e não apenas ao microprocesso organizacional.

Como contribuição final deste trabalho ao debatermos poder e dominação considerou-se como objeto da nossa pesquisa a dominação realizada sobre os trabalhadores e os interesses individuais desses trabalhadores. Portanto, abrem-se possibilidades para que trabalhos futuros discutam o comportamento de indivíduos que em associações autogestionárias, como cooperativas, preferem transferir poder a colegas de trabalho ou à própria empresa por desejarem manter seus esforços exclusivamente na atividade laboral.

Partindo da premissa que os trabalhadores podem preferir dedicar às suas atividades ao invés de tomarem decisões e exercer seu poder, podemos especular sobre a possibilidade das organizações permitirem questionamentos sobre poder e dominação e através da percepção dos comportamentos de transferência de decisão, entre os trabalhadores e entre trabalhadores e empresa, as organizações serem ainda mais fortalecidas. Subsidiadas pelos próprios trabalhadores que, ou preferem não participar das tomadas de decisões abdicando de seu poder para isso, ou identificam a empresa como capaz de exercer poder e tomar suas decisões melhor do que ele próprio. Isso seria então um grande trunfo a ser explorado pelas teorias organizacionais modernas.

6. Referências Bibliográficas

- ALCADIPANI, R. Réplica: A singularização do plural. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.9, n. 1, p. 213-222, jan./mar. 2005.
- ALVESSON, M. *Organization Theory and technocratic consciousness: rationality, and quality of work*. Berlim, New York: de Gruyter, 1987.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de Estudos Organizacionais – Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, v. 1, cap. 8. 1999.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. On the idea of emancipation in management and organization studies. *Academy of Management Review*, v. 17, n. 3, p. 432-464, 1992.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. *Making Sense of Management: a critical introduction*. London: Sage. 1996.

- APEL, K. O. *Toward a transformation of philosophy*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- BURREL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. Aldershot: Gower, 1979.
- CLEGG, S.; HARDY, C. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de Estudos Organizacionais – Reflexões e novas direções*. São Paulo: Atlas, v. 2, cap. 13. 2001.
- DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In *Microfísica do poder*. (Org) e trad. Roberto Machado: Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- DUSSEL, I. O currículo híbrido: domesticação ou pluralização das diferenças? In: LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. (Orgs.) *Currículo: Debates Contemporâneos*. São Paulo: Cortez, p.55-77. 2002.
- FISCHER, R. M. Nota técnica: de volta ao círculo do poder. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de Estudos Organizacionais – Reflexões e novas direções*. São Paulo: Atlas, v. 2, cap. 14. 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Org e trad. Roberto Machado: Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Trad. Ligia Vassallo. Petrópolis. Vozes. 1986.
- HABERMAS, J. *Conocimiento y interés*. Madrid: Taurus, 1986.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social*. Trad. de Manuel Jiménez Redondo. 4 ed. Madrid: Taurus. 517p. (Original alemão). 1987.
- HORKHEIMER, M. *Teoria crítica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.
- LUKACS, G. *History and class consciousness*. Cambridge, MA : MIT Press, 1971.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização – Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, v.9, n.1, p. 193-211, jan./mar. 2005a.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Tréplica: quem tem medo do fazer acadêmico enquanto práxis? *Revista de Administração Contemporânea*, v.9, n.1, p. 237-243, jan./mar. 2005b.
- MORGAN, G. *Images of organization*. Newbury Park, CA: Sage, 1986.
- MOTTA, F. C. P. *Organização e poder: empresa, Estado e escola*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.
- NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Trad. Márcio Pugliesi. São Paulo: Hemus, 1977.

PAES DE PAULA, A. P. Maurício Tragtenberg: Contribuições de um Marxista Anarquizante para os Estudos Organizacionais Críticos. *RAP - Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, p. 949-968, 2008.

PAES DE PAULA, A. P. O que o handbook não diz: novas considerações sobre a teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXIII, 2009. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

TRAGTENBERG, M. A teoria geral da administração é uma ideologia? *Revista de Administração de Empresas*, v.11, n.4, p.7-21, 1971.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

WILLMOTT, H. Strength is ignorance; slavery is freedom: managing culture in modern organizations. *Journal of Management Studies*, v. 30, n 4, p. 515-552, 1993.